

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE VERMELHA DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 08.607.696/0001-20

CÓDIGO ISIN DAS QUOTAS: BRART1CTF000

Administração e Distribuição

PLANNER
Corretora de Valores S.A.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Distribuição pública de 31.000 (trinta e uma mil) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da segunda emissão ("Quotas" e "Segunda Emissão", respectivamente) do Fundo Artésia Série Vermelha de Investimento em Participações ("Fundo"), totalizando:

R\$ 31.000.000,00
(trinta e um milhões de reais)

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/03, tem por objetivo preponderante obter rendimentos a seus quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como, ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias brasileiras, com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, que atendam aos requisitos descritos no parágrafo abaixo, incluindo, mas não se limitando, às companhias que se encontrem sob procedimentos de reestruturação, sucessão, de abertura de capital e/ou de alienação de controle (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

O Fundo apenas poderá investir em companhias que, à época do investimento inicial por parte do Fundo, atendam, cumulativamente, aos requisitos indicados nos itens (i) a (vi) a seguir e se comprometam a adotar as práticas de governança corporativa indicadas nos itens (vii) e (viii) abaixo: (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da companhia em circulação; (ii) os membros do conselho de administração deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano; (iii) a companhia deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da companhia, se houver; (iv) a companhia deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários; (v) na hipótese de abertura de capital de companhia fechada, mediante registro de companhia aberta na CVM e realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a companhia deverá estar obrigada, por meio de disposição contida em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que trata o presente item; (vi) a companhia deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM; (vii) a companhia não poderá atuar no desenvolvimento de atividades de industrialização e/ou comercialização de (a) armas de qualquer porte e para qualquer finalidade, e/ou (b) cigarros ou produtos similares; e (viii) a companhia não poderá se utilizar, em qualquer hipótese, de trabalho infantil.

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenada pela Planner Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 3.585, de 2 de outubro de 1995, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, Itaim, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54, na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administrador"). A Segunda Emissão é composta por 31.000 (trinta e uma mil) Quotas com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando a Segunda Emissão o montante equivalente a até R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais).

O Fundo é regido por regulamento aprovado pelo Administrador em 05 de setembro de 2007 e registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de setembro de 2007, sob n.º 5004907. O pedido de registro da Oferta foi protocolizado na CVM em 11 de setembro de 2007 e a mesma foi registrada sob o n.º CVM/SRE/RFP/2007/062, em 24 de setembro de 2007, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03 ("Regulamento").

Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco deste Prospecto. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do gestor da Carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto, nas páginas 16 a 18.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários."

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

A data deste Prospecto é 07 de dezembro de 2007

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	10
Características da Oferta	11
Negociação das Quotas	13
Custos de Distribuição Pública das Quotas	14
Outras Informações	14
Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes	15
Declaração do Administrador	16
3. FATORES DE RISCO	17
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	18
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários	18
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	18
Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas	19
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos	19
Não Existência de Garantia de Rentabilidade	19
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	19
Outros Riscos	19
4. FUNDO ARTÉSIA SÉRIE VERMELHA DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	20
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	21
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	21
Administração e Gestão do Fundo	21
Prestadores de Serviço do Fundo	22
Objetivo do Fundo	23
Investimentos do Fundo	24
Período de Investimentos para a Formação da Carteira	26
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	26
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	30
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	31
Inadimplência dos Quotistas	32
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos	33
Assembleia Geral de Quotistas	34
Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses	34
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	34
Taxa de Administração e Encargos do Fundo	36
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	41
Atendimento aos Quotistas	43

Anexo I – Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração do Regulamento do Fundo e Aprovação da Primeira Emissão de Quotas do Fundo, a qual caducou nos termos do artigo 17, da Instrução CVM n.º 400/03

Anexo II – Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração do Regulamento do Fundo e Aprovação da Segunda Emissão de Quotas do Fundo

Anexo III – Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

Anexo IV – Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Planner Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira e gestão de carteira de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, Itaim, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo Antônio, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.928.567/0001-11
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento
Chamadas de Capital	Hipóteses em que os Quotistas do Fundo serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador, mediante aprovação e informações fornecidas pela Assembléia Geral de Quotistas, na medida em que os Quotistas, diretamente ou por orientação do Gestor (i) identifiquem necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifiquem necessidade de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos
Companhia(s) Investida(s)	Qualquer companhia cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira do Fundo
Companhias Alvo	As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas, que será assinado pelo

	investidor na data de subscrição de Quotas, por meio do qual o investidor se comprometerá, de forma irrevogável e irrevocabél, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas
Custodiante	O Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, n.º 474, Santo Amaro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 90.400.888/0001-42
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição	180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
Novas Quotas	Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo
Outros Ativos	Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, no limite de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, conforme definido no Regulamento
Partes Relacionadas ao Administrador	São quaisquer das seguintes pessoas relacionadas ao Administrador ou ao Gestor: (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com

	participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente
Participação Societária	Totalidade dos Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas detidos pelo Fundo.
Patrimônio Inicial	O patrimônio inicial do Fundo, após a Segunda Emissão, formado por até 31.000 (trinta e uma mil) Quotas
Patrimônio Líquido	A soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível devendo tal processo ser aprovado previamente à respectiva execução, pela Assembléia Geral de Quotistas
Período de Investimentos	Período de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos
Preço de Emissão	O preço unitário de emissão das Quotas da Segunda Emissão do Fundo, correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais)
Preço de Integralização	Preço de integralização das Quotas do Fundo, correspondente ao Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão
Primeira Emissão	Primeira emissão de Quotas do Fundo, composta por 1.000 (mil) Quotas, totalizando o montante equivalente a até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), cujo respectivo registro de distribuição pública primária de quotas caducou, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM n.º 400/03
Prospecto	Este prospecto

Quotas	Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo, incluindo as Novas Quotas do Fundo
Quotista Inadimplente	Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Quotistas	Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Segunda Emissão	Segunda emissão de Quotas do Fundo, composta por 31.000 (trinta e uma mil) Quotas, totalizando o montante equivalente a até R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais)
Taxa de Administração	Taxa de administração devida pela administração e gestão do Fundo, que contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo, bem como a remuneração do Gestor, no exercício da atividade de administração da Carteira do Fundo, a ser calculada e paga nos termos do Regulamento e deste Prospecto
Termo de Adesão	Termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco a ser assinado pelo Quotista no ato de subscrição de Quotas do Fundo
Valores Mobiliários	Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações emitidos pelas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

2.1. Características da Oferta

2.1.1. A Oferta

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de instituição administradora do Fundo e de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição das Quotas. Para maiores informações a respeito do Administrador, veja o subitem 4.3.1. deste Prospecto.

2.1.2. Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

2.1.3. Registro da Oferta das Quotas

O pedido de registro da Oferta foi protocolizado na CVM em 11 de setembro de 2007 e a mesma foi registrada sob o n.º CVM/SRE/RFP/2007/062, em 24 de setembro de 2007, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução CVM n.º 400/03.

2.1.4. Quantidade de Quotas da Segunda Emissão

A Segunda Emissão é composta por 31.000 (trinta e uma mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do Patrimônio Líquido.

2.1.5. Preço de Emissão no Âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota, totalizando a Segunda Emissão o montante de até R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais).

2.1.6. Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplares atualizados do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão serão canceladas pelo Administrador.

Na hipótese de emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto no Regulamento) pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de emissão de Novas Quotas. Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 50 (cinquenta) meses contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

Na medida em que os Quotistas, diretamente ou por orientação do Gestor, (i) identifiquem necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifiquem necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, os Quotistas e/ou o Gestor solicitarão ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade e convoque uma Assembléia Geral de Quotistas para aprovar o aporte de recursos no Fundo. As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme Chamada de Capital (conforme definido abaixo) que venha a ser realizada pelo Administrador, aos Quotistas, com cópia ao Gestor, mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

O pagamento do Preço de Integralização poderá ser realizado: (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil; ou (ii) mediante a entrega de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, nos termos do Regulamento.

2.1.7. Cronograma de Etapas da Oferta

Início da Oferta	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, teve início após a publicação do anúncio de início no Monitor Mercantil, em 12 de setembro de 2007.
Forma de divulgação de informações relacionadas à Oferta	Todas as informações relacionadas à Oferta que não estejam contempladas no Regulamento, no Prospecto e no Anúncio de Início e demais documentos relativos ao Fundo serão publicadas no Monitor Mercantil, periódico utilizado para realizar as publicações relativas ao fundo.
Prazo de Colocação	As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Quotas no âmbito da Oferta junto ao Administrador, a qualquer momento a partir do primeiro dia útil

	do prazo de colocação e até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta, por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição.
Distribuição junto ao público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM n.º 409/04.
Subscrição e Integralização de Quotas	No ato de subscrição das Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante do Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e no Prospecto. A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 50 (cinquenta) meses contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM. O pagamento do Preço de Integralização poderá ser realizado: (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil; ou (ii) mediante a entrega de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, nos termos do Regulamento.
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, no Monitor Mercantil, notícia sobre eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, facultando aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de suspensão da Oferta, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.
Modificação ou Revogação da Oferta	O Administrador divulgará aos investidores, imediatamente, no Monitor Mercantil, notícia sobre eventual modificação ou revogação da Oferta. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Administrador, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias, observado que, na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação mencionada acima, o interesse em manter a declaração de aceitação da Oferta, presumida a manutenção no caso de silêncio.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta que deverá ocorrer na data em que a totalidade das Quotas da Segunda Emissão tiver sido subscrita ou na Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão, o que ocorrer primeiro, por meio da publicação de anúncio de encerramento no Monitor Mercantil.

2.1.8. Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2.2. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

No caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, caberá ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será

responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

2.3. Custos de Distribuição Pública das Quotas

Além dos custos relativos ao pagamento da taxa de registro da Oferta perante a CVM, da taxa de estruturação, dos honorários dos consultores legais e das publicações relativas à Oferta, o Administrador não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Quotas. Tendo em vista que o Administrador, na qualidade de sociedade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, será o único responsável pela distribuição pública das Quotas da Segunda Emissão junto ao público investidor, não serão devidas pelo Fundo quaisquer comissões referentes à colocação pública das Quotas da Segunda Emissão.

Adicionalmente, os custos relativos à contratação dos Auditores Independentes somente serão incorridos pelo Fundo a partir do início das atividades do Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Quotas.

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
<i>Despesas de Registro (CVM e RTD)</i>	90.312,10	0,2913%
<i>Publicações*</i>	35.000,00	0,1129%
<i>Taxa de Estruturação</i>	10.000,00	0,0323%
<i>Consultores Legais</i>	100.000,00	0,3226%
Total	235.312,10	0,7591%

**Estimativa*

Custo Unitário de Distribuição

Preço por Quota (R\$)*	Custo por Quota (R\$)
1.000,00	7,59

** com base no Preço de Emissão na Data de Emissão*

Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)
31.000.000,00	235.312,10

2.4. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

Planner Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, no. 3.900, 10º andar

Tel.: 11 2172-2600

Fax: 11 3078-7264

Correio Eletrônico: ca@plannercorretora.com.br

Website: www.plannercorretora.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar

São Paulo – SP

Website: www.cetip.com.br

2.5. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes

2.5.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo – SP

At.: Dra. Marina Procknor

Tel.: (11) 3147-7822

Fax: (11) 3147-7770

Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br

2.5.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rua José Guerra, n.º 127

São Paulo – SP

Tel.: (11) 5186-1000

Fax: (11) 5186-6981

Website: www.deloitte.com.br

2.6. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, na qualidade de instituição responsável pela colocação pública das Quotas da Segunda Emissão, declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Carlos Arnaldo Borges de Souza e Artur Martins de Figueiredo, na qualidade de diretores do Administrador.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, somente admite o resgate de suas Quotas na data de liquidação do Fundo. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão promovidas pelo Administrador, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.2. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.3. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.4. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

3.5. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e na Cláusula Quatro do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, e poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira, bem como dos setores econômicos de atuação de tais Companhias Investidas.

3.6. Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores às que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.8. Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. FUNDO ARTÉSIA SÉRIE VERMELHA DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE VERMELHA DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Fundo Artésia Série Vermelha de Investimento em Participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo tem prazo de duração de 6 (seis) anos a contar da Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão, prorrogáveis por períodos adicionais e sucessivos de 3 (três) anos cada, mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo de cada investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador e Gestor

O Fundo é administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 3.585, de 2 de outubro de 1995, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, Itaim, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54.

A Planner Corretora de Valores S.A. atua como administrador de recursos no mercado de capitais brasileiro desde 1995 e administra aproximadamente R\$ 360,0 milhões em investimentos no mercado financeiro e de capitais. A gestão de recursos é a principal atividade do Administrador, que é reconhecido no mercado pela administração e gestão de fundos de investimento em participações e administra, atualmente 8 (oito) fundos de investimento em participações. Com escritório sito na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, o Administrador conta com um time experiente de profissionais responsáveis por gerir o patrimônio tanto de clientes institucionais quanto de pessoas físicas que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

O Administrador contratou a Artésia Gestão de Recursos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, para o exercício profissional de administração de carteiras, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.597.017/0001-91, para realizar a gestão da Carteira do Fundo ("Gestor"). Atualmente, a Artésia Gestão de Recursos S.A. é responsável pela gestão de outros 3 (três) fundos de investimento em participações em funcionamento.

O diretor do Administrador, responsável civil e criminalmente pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. Carlos Arnaldo Borges de Souza, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 13.931.434-9 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 006.031.278-51.

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

4.3.2. Renúncia e Destituição do Administrador

O Administrador ou o Gestor do Fundo poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar a Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento), a qual deverá ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento de notificação ora referida. Na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

Além da hipótese de renúncia descrita acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

4.4.1. Custodiante

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira e a escrituração das Quotas serão realizadas por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia e escrituração, o Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua

Amador Bueno, n.º 474, Santo Amaro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 90.400.888/0001-42. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

O Custodiante, pertencente ao Grupo Santander, possui R\$ 112,6 bilhões de recursos sob custódia (sendo R\$ 46,7 bilhões sob gestão própria e R\$ 65,8 bilhões sob gestão de terceiros), aproximadamente 6,9 milhões de clientes e, 1.880 pontos de 10.439 pontos de venda e operações em 40 países, incluindo os principais centros financeiros do mundo. Ocupa a 6ª posição no ranking de maiores custodiantes de recursos do País (dados ANBID: setembro/2007).

O Grupo Santander, no qual o Custodiante está inserido, é o 4º maior grupo financeiro privado e o maior estrangeiro em atividade no Brasil com ativos totais de R\$ 105 bilhões e aproximadamente 7,6 milhões de clientes. O Grupo Santander possui no mundo EUR 600 bilhões em recursos sob custódia, destacando-se como custodiante na Espanha e em toda América Latina.

4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo Antônio, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.928.567/0001-11, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação, bem como da atuação do Administrador.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, de emissão de companhias brasileiras, com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, que atendam aos requisitos descritos no parágrafo abaixo, incluindo, mas não se limitando, às companhias que se encontrem sob procedimentos de reestruturação, sucessão, de abertura de capital e/ou de alienação de controle.

O Fundo apenas poderá investir em companhias que, à época do investimento inicial por parte do Fundo, atendam, cumulativamente, aos requisitos indicados nos itens (i) a (vi) a seguir e se comprometam a adotar as práticas de governança corporativa indicadas nos itens (vii) e (viii) abaixo: (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da companhia em circulação; (ii) os membros do conselho de administração deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano; (iii) a companhia deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da companhia, se houver; (iv) a companhia deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários; (v) na hipótese de abertura de capital de companhia fechada, mediante registro de companhia aberta na CVM e realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de

bônus de subscrição, a companhia deverá estar obrigada, por meio de disposição contida em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que trata o presente item; (vi) a companhia deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM; (vii) a companhia não poderá atuar no desenvolvimento de atividades de industrialização e/ou comercialização de (a) armas de qualquer porte e para qualquer finalidade, e/ou (b) cigarros ou produtos similares; e (viii) a companhia não poderá se utilizar, em qualquer hipótese, de trabalho infantil.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

4.6. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão propostos pelo Gestor e/ou pelos Quotistas, e desde que previamente aprovados pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos, desde que aprovados previamente pelos Quotistas do Fundo reunidos em Assembléia Geral, serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.6.1. Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo pode ser composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas; e
- (ii) Outros Ativos.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo, além da prévia aprovação pelos Quotistas do Fundo nos termos dos itens 4.8. e 5.3. do Regulamento, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (vi) abaixo, os recursos em moeda corrente nacional que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta)

dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;

- (ii) os Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo que sejam entregues ao Fundo como forma de pagamento do Preço de Integralização, na forma descrita neste Prospecto e no Regulamento, deverão ser incorporados à Carteira do Fundo;
- (iii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (v) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (vi) abaixo por prazo indeterminado;
- (vi) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados ao pagamento de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Fundo e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

4.7. Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimentos em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que atendam aos critérios descritos no Regulamento, mediante decisão da Assembleia Geral de Quotistas.

Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto.

4.7.1. Novos Aportes de Recursos

Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante prévia aprovação pela Assembleia Geral de Quotistas, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos:

- (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembleia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou
- (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Sem prejuízo do disposto acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser (i) aprovado, previamente à respectiva execução, pela Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, e (ii) concluído até a data de liquidação do Fundo.

Na hipótese de o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo, após a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembleia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento.

4.8. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.8.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa e serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.8.2. Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Inicial do Fundo, após a Segunda Emissão de Quotas do Fundo, será formado por até 31.000 (trinta e uma mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Segunda Emissão.

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão será correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando a Segunda Emissão o montante equivalente a até R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais).

4.8.3. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

4.8.4. Direito de Voto

Todas as Quotas têm direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

4.8.5. Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Cada emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão e serão integralizadas de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

Emissões de Novas Quotas do Fundo somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum disposto no Regulamento.

O preço de emissão das Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas, e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de Termo de Adesão, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão serão canceladas pelo Administrador.

4.8.6. Direito de Preferência para Novas Emissões

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

4.8.7. Integralização das Quotas da Segunda Emissão

As Quotas da Segunda Emissão do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, aos Quotistas, com cópia para o Gestor, de acordo com os procedimentos abaixo e observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo ("Chamada de Capital").

Na medida em que Quotistas do Fundo, diretamente ou por orientação do Gestor, (i) identifiquem necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifiquem necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, os Quotistas e/ou o Gestor solicitarão ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade e convoque uma Assembléia Geral de Quotistas para aprovar o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pela Assembléia Geral de Quotistas) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização poderá ser realizado: (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil; ou (ii) mediante a entrega de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, nos termos do Regulamento.

O procedimento disposto neste item será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial e de cada Emissão do Fundo subscritas pelos Quotistas, conforme o caso, tenham sido integralizadas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir o disposto neste item "Integralização das Quotas" e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 50 (cinquenta) meses a contar da data de registro da Segunda Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

4.8.8. Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. do Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

O Quotista somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas, na hipótese de tais Quotas já encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

4.9. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, seja suficiente para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Sem prejuízo do disposto acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos no item 4.6.1 deste Prospecto.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese de inadimplemento por parte do Quotista, nos termos do item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota na data do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no 1º (primeiro) dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor na data do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no 1º (primeiro) dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, em um segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente

nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo, para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;

- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima;
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.10. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante do Fundo.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos no Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

4.11. Inadimplência dos Quotistas

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo), até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. do Regulamento, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto no Regulamento.

Se o Administrador realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

Independentemente do disposto no parágrafo acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto neste item, e o valor mínimo correspondente ao valor de aquisição de tais Quotas.

O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

4.12. Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, conforme aprovados pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação dos Quotistas, sob a orientação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item "Condições de Amortização e Resgate das Quotas".

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação, e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.13. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Nove do Regulamento.

4.14. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses

Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no inciso (i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento).

4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

A divulgação de informações de que trata o parágrafo acima será feita no jornal Monitor Mercantil, meio de comunicação utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) o número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

O Administrador deve remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as informações previstas neste item, conforme modelos disponíveis na referida página, observados os mesmos prazos.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

4.16. Taxa de Administração e Encargos do Fundo

4.16.1. Taxa de Administração

Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma Taxa de Administração que contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração do Fundo ("Remuneração do Administrador"), e a remuneração do Gestor, no exercício de atividade de administração da Carteira ("Remuneração do Gestor").

4.16.1.1. Remuneração do Administrador

A Remuneração do Administrador corresponderá ao valor fixo de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), a ser pago em parcelas anuais e sucessivas, a serem reajustadas pela variação do IGPM, vencendo-se a primeira na data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas da Segunda Emissão do Fundo, e as demais no mesmo dia dos anos seguintes ou no primeiro dia útil subsequente, quando for o caso.

4.16.1.2. Remuneração do Gestor

O Gestor fará jus ao recebimento da Remuneração do Gestor, a qual será compreendida pelos "Honorários de Gestão" e pelos "Honorários de Performance", que serão calculados conforme o disposto abaixo.

Honorários de Gestão

Os Honorários de Gestão serão devidos em função da aquisição e manutenção, pelo Fundo, de Participação Societária nas Companhias Investidas e corresponderão ao somatório dos resultados obtidos com a aplicação da seguinte fórmula em relação à Participação Societária detida pelo Fundo em cada Companhia Investida:

$$\sum_{i=1}^n [(AUM_i * Tx_i) * (d_i/365) * (1 + Tc_i)]$$

Sendo que:

i : representa um determinado ano entre a realização do investimento inicial do Fundo para a aquisição e/ou subscrição de Participação Societária em uma determinada Companhia Investida ("Investimento") e o ano em que se der a alienação final da totalidade desta mesma Participação Societária ("Desinvestimento Total");

n : significa o número de anos entre o ano do Investimento (inclusive) e o ano do Desinvestimento Total (inclusive);

AUM_i : significa o valor total da Participação Societária detida pelo Fundo em uma determinada Companhia Investida, calculado nos termos dos indicados abaixo;

Tx_i : corresponde à taxa de 2% (dois por cento), aplicável para todos os anos em que o Fundo detiver Participação Societária em determinada Companhia Investida;

d_i : corresponde ao número de dias em cada ano em que o Fundo permanecer detentor de Participação Societária em determinada Companhia Investida;

Tc_i : corresponde à variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), aplicado pro rata die sob a forma de juros compostos, a partir do último dia do exercício fiscal de determinado ano até a data em que se der o efetivo pagamento dos Honorários de Gestão.

Cálculo da Participação Societária

A partir da data em que ocorrer o primeiro investimento pelo Fundo em determinada Companhia Investida e até o dia 31 de dezembro de 2008, AUM_i será equivalente ao valor de custo pago pelo Fundo pela respectiva Participação Societária durante cada ano. Os Honorários de Gestão serão devidos a partir do dia 31 de dezembro de cada ano.

A partir de 1º de janeiro de 2009, para fins da definição de AUM_i , o Fundo deverá contratar uma empresa de avaliação de ativos para determinar, anualmente, o valor da Participação Societária detida pelo Fundo em cada Companhia Investida ao final de cada exercício social, baseado em critérios usualmente aplicados no mercado e tendo por data-base o último dia do exercício social anterior ("Avaliação"). A Avaliação deverá ser apresentada por escrito ao Fundo até o dia 30 de julho de cada ano, sendo que os Honorários de Gestão correspondentes serão devidos a partir do dia 31 de dezembro do ano em que ocorrer a respectiva Avaliação.

Os Honorários de Gestão somente serão devidos se o Fundo for detentor de Participação Societária em pelo menos 1 (uma) Companhia Investida.

Os Honorários de Gestão serão computados como devidos ao Gestor desde a data indicada acima e passarão a ser corrigidos pelo IGP-M, conforme disposto na fórmula aplicável acima, até que o pagamento dos Honorários de Gestão seja efetuado.

Os Honorários de Gestão somente serão pagos pelo Fundo quando o Fundo dispuser de montantes em moeda corrente decorrentes da alienação, total ou parcial, de Participação Societária detida pelo Fundo na respectiva Companhia Investida ("Disponibilidades"). O Fundo deverá efetuar o pagamento dos Honorários de Gestão no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do efetivo recebimento das Disponibilidades.

Honorários de Performance

Os Honorários de Performance corresponderão à remuneração a ser percebida pelo Gestor caso a alienação, parcial ou total, de Participação Societária detida pelo Fundo em uma determinada Companhia Investida

represente retorno positivo considerável ao Fundo, definido conforme os critérios de aferição e performance abaixo estabelecidos.

Para fins do cálculo dos Honorários de Performance, que deverão ser apurados separadamente em relação a cada uma das Companhias Investidas nos termos indicados abaixo, a **TIR** será calculada da seguinte forma:

$$\sum_{i=1}^n [V_i * (1 + TIR)^{d_i}] = 0$$

Td = 0,0210874% que corresponde a uma taxa de 8% ao ano, considerando um ano de 365 dias corridos, sob a forma de juros compostos;

Td2 = 0,0261158% que corresponde a uma taxa de 10% ao ano, considerando um ano de 365 dias corridos, sob a forma de juros compostos;

Sendo que:

V_i corresponde a:

(a) cada um dos valores disponíveis em moeda corrente efetivamente recebidos pelo Fundo em decorrência de um evento de alienação, total ou parcial, da Participação Societária em determinada Companhia Investida, positivamente considerados; e

(b) cada um dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, desde o início do Investimento em determinada Companhia Investida, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração, positivamente considerados; e

(c) cada um dos valores efetivamente desembolsados pelo Fundo para a aquisição e/ou subscrição de Participação Societária em determinada Companhia Investida, negativamente considerados; e

(d) cada uma das despesas comprovadamente incorridas pelo Fundo com administradores, advogados, consultores, auditores, contadores, bancos de investimentos, entre outros prestadores de serviços e/ou quaisquer outros gastos relacionados diretamente com a estruturação e implementação das operações de investimento, manutenção ou desinvestimento da referida Participação Societária, negativamente consideradas;

Sendo que, para fins deste cálculo, (i) todos os montantes mencionados nos itens (b) a (d) acima serão aplicados proporcionalmente de acordo com a parcela da Participação Societária alienada em relação à Participação Societária total detida pelo Fundo em determinada Companhia Investida no momento imediatamente anterior a um determinado evento de alienação, e (ii) em caso de um evento alienação parcial de Participação Societária, os montantes que forem computados para fins do cálculo acima

estabelecido serão subtraídos de cálculos futuros, de forma que tais valores não mais integrarão a base de cálculo para definição do valor dos Honorários de Performance em casos de futuras alienações, totais ou parciais, de Participação Societária;

- d_i : corresponde ao número de dias corridos entre a data de ocorrência de qualquer dos eventos listados na definição de V_i acima, até a data da alienação de parte ou da totalidade da Participação Societária detida pelo Fundo em determinada Companhia Investida.

Uma vez determinado o valor de TIR , conforme indicado acima, o montante dos Honorários de Performance será definido de acordo com as seguintes hipóteses:

(a) Se $TIR \leq Td$, então nenhum montante será devido ao Gestor a título de Honorários de Performance;

(b) Se $Td < TIR < Td2$, então o Gestor fará jus ao recebimento de Honorários de Performance a serem apurados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\sum_{i=1}^n [V_i * (1 + Td)^{d_i}]$$

c) Se $TIR \geq Td2$, então o Gestor fará jus ao recebimento de Honorários de Performance a serem apurados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\sum_{i=1}^n [V_i] * Td3$$

Sendo que: $Td3 = 20\%$

Do montante devido pelo Fundo ao Gestor a título de Honorários de Performance, nos termos dos itens (b) e (c) acima, será deduzida a totalidade dos Honorários de Gestão devidos pelo Fundo.

Os Honorários de Performance deverão ser pagos pelo Fundo no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do efetivo recebimento, pelo Fundo, de Disponibilidades.

4.16.2. Outros Encargos

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;

- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

Caso o Gestor ou o Administrador incorram em qualquer das despesas listadas acima e atribuíveis exclusivamente às atividades e investimentos do Fundo, o Fundo deverá reembolsá-los no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação, do respectivo comprovante de pagamento do Fundo.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.17. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.17.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

4.17.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

4.18. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, a Oferta e este Prospecto, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Planner Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, no. 3.900, 10º andar

Tel.: 11 2172-2600

Fax: 11 3078-7264

Correio Eletrônico: ca@plannercorretora.com.br

Website: www.plannercorretora.com.br

5. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

**Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração do Regulamento do Fundo
e Aprovação da Primeira Emissão de Quotas do Fundo, a qual caducou
nos termos do artigo 17, da Instrução CVM 400/03**



**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

PROT. Nº 1202/2007
PROT. Nº 1202/2007
PROT. Nº 1202/2007

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
M170 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**

CNPJ/MF n.º 08.607.696/0001-20

1. Por este instrumento particular, a **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Administrador"), na qualidade de instituição administradora do **M170 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.607.696/0001-20 ("Fundo"), em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve:
 - a. Modificar a estrutura do regulamento do Fundo ("Regulamento"), que passará a ter a natureza de um fundo de investimento em participações, em regime de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 391/03");
 - b. Aprovar a nova versão do Regulamento do Fundo, nos termos do documento anexo;
 - c. Em razão das deliberações referidas nos itens "a" e "b" acima, modificar a denominação do Fundo, que passará a ser denominado **"FUNDO ARTÉSIA SÉRIE VERMELHA DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES"**;
 - d. Nomear o Sr. José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 04.667.892 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 003.888.737-10, domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
 - e. Assumir as funções de administração e controladoria do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo: (i) Artésia Gestão de Recursos S.A., para ser responsável pela gestão da carteira de investimentos do Fundo; (ii) Banco Bradesco S.A., para ser responsável pelos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e serviços de escrituração de quotas do



Fundo; e (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;

- f. Deliberar sobre a primeira emissão de quotas do Fundo, composta de 1.000 (mil) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que as quotas terão preço inicial e unitário de emissão de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando a primeira emissão o montante equivalente a até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). As quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado, que segue anexo ao presente instrumento, a sua distribuição será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e serão inicialmente admitidas à negociação no sistema de negociação SOMA FIX, operacionalizado pela Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA; e
- g. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do Regulamento e de realização da primeira emissão de quotas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável, para a obtenção da aprovação da CVM relativa ao registro do Fundo e da primeira emissão de quotas do Fundo.
2. Estando assim deliberado este instrumento de alteração, vai o presente assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2007

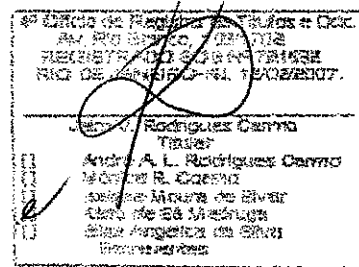
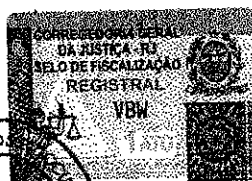
Adriano Theodoro
Por: Adriano Theodoro
Cargo: Procurador

Luisa Saboia
Por: Luisa Saboia
Cargo: Procuradora

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 7.17.296 do LIVO 5-23
O QUE CERTIFICO RJ 12 FEV. 2007

4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS-RJ
KATIA DE SÁ MADRUGA
Escrivente Autorizada



ANEXO II AO PROSPECTO

Cópia do Instrumento de Deliberação de Alteração do Regulamento do Fundo e Aprovação da Segunda Emissão de Quotas do Fundo

11 SET 1995 5004907

PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

CNPJ/MF n.º 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO SÉRIE VERMELHA DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF n.º 08.607.696/0001-20

Por este instrumento particular, a **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61 ("Mellon"), na qualidade de atual instituição administradora do **FUNDO SÉRIE VERMELHA DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 08.607.696/0001-20 ("Fundo"), em razão da inexistência de qualquer quotista do Fundo nesta data, resolve renunciar ao cargo de administrador do Fundo e, conseqüentemente, nomear a **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 3.585, de 2 de outubro de 1995, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, Itaim ("Planner" ou "Administrador"), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54, para substituir a Mellon a partir da presente data.

Diante do exposto acima, a Planner, neste ato, resolve:

- a. Nomear o Sr. Carlos Arnaldo Borges de Souza, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 13.931.434-9 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 006.031.278-51, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, Itaim, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
- b. Assumir as funções de administração e controladoria do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadores de serviços do Fundo:
 - (i) Artésia Gestão de Recursos S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira,



por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, para ser responsável pela gestão da carteira de investimentos do Fundo;

(ii) Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, n.º 474, Santo Amaro, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 90.400.888/0001-42, para ser responsável pelos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo e serviços de escrituração de quotas do Fundo; e

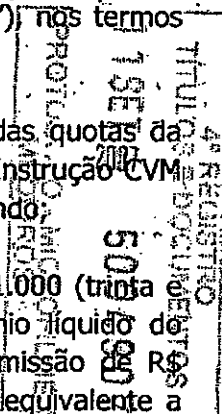
(iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Guerra, n.º 127, Chácara Santo Antônio, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 49.928.567/0001-11, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;

c. Aprovar a nova versão do regulamento do Fundo ("Regulamento") nos termos do documento anexo;

d. Tendo em vista que o registro de distribuição pública primária das quotas da primeira emissão do Fundo caducou nos termos do artigo 17 da Instrução CVM n.º 400/03, cancelar 1.000 (mil) quotas da primeira emissão do Fundo;

e. Aprovar a segunda emissão de quotas do Fundo, composta de 31.000 (trinta e uma mil) quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, sendo que as quotas terão preço inicial e unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais); totalizando a segunda emissão o montante equivalente a até R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais). As quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado, que segue anexo ao presente instrumento, a sua distribuição será objeto de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e serão inicialmente admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP; e

f. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de alteração do administrador do Fundo, alteração do Regulamento e de realização da segunda



11 SET 5004907

PROTOCOLO - MICROFILME
MFCEIROS

emissão de quotas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável, para a obtenção da aprovação da CVM relativa ao registro da segunda emissão de quotas do Fundo.

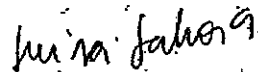
Estando assim deliberado este instrumento de alteração, vai o presente, assinado em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2007

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**



Por: José Carlos Lopes Xavier de Oliveira
Cargo: Diretor-Presidente

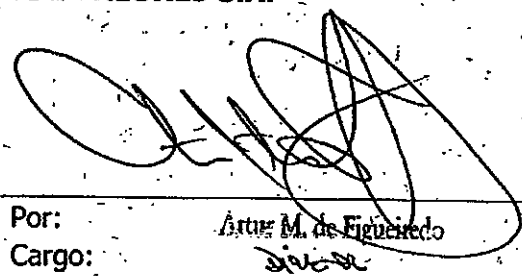


Por: Luisa Saboia
Cargo: Procuradora


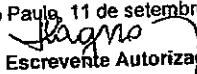
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.



Por: Arthur M. de Figueiredo
Cargo: Diretor



Por: Arthur M. de Figueiredo
Cargo: Diretor

4º REGISTRO  MEDEIROS TÍTULOS E DOCUMENTOS		4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo Tel.: 3241-0033 - CEP 01008-010 - Centro
Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme sob nº 5004907		
EMOL 4.651,31 ESTADO 1.321,96 IPESP 979,23 R.CIVIL 244,80 T.J. 244,80 TOTAL 7.442,10	São Paulo, 11 de setembro de 2007.  Escrevente Autorizado	
Selos e taxas Recolhidas p/ verba		9974892



ANEXO III AO PROSPECTO

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
11 SET 2004 5004907

**REGULAMENTO DO FUNDO ARTÉSIA SÉRIE VERMELHA
DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

**CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

1.1. – O Fundo Artésia Série Vermelha de Investimento em Participações ("Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 6 (seis) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão (conforme definidos abaixo), prorrogáveis por períodos adicionais e sucessivos de 3 (três) anos cada, mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de Quotas (conforme definido no item 7.1.1. deste Regulamento).

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo, após a aplicação inicial de cada Quotista.



11 SET 2011 5004907

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO
MEDEIROS

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias brasileiras, com registro ou não de companhia aberta perante a CVM, que atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo, incluindo, mas não se limitando, às companhias que se encontrem sob procedimentos de reestruturação, sucessão, de abertura de capital e/ou de alienação de controle (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

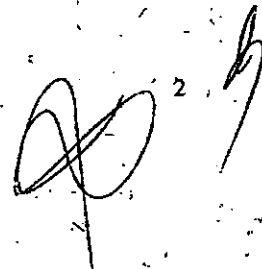
3.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. – As Companhias Alvo somente poderão receber investimentos do Fundo caso, à época do investimento inicial por parte do Fundo, atendam, cumulativamente, aos requisitos indicados nos itens (i) a (vi) a seguir e se comprometam a adotar as práticas de governança corporativa indicadas nos itens (vii) e (viii) abaixo:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Alvo em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano;

2



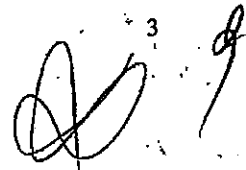
11 SET 2011 5004907

- (iii) a Companhia Alvo deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Alvo, se houver;
- (iv) a Companhia Alvo deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital de companhia fechada, mediante registro de companhia aberta na CVM e realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Alvo deverá estar obrigada, por meio de disposição contida em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que trata o presente item;
- (vi) a Companhia Alvo deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM;
- (vii) a Companhia Alvo não poderá atuar no desenvolvimento de atividades de industrialização e/ou comercialização de (a) armas de qualquer porte e para qualquer finalidade, e/ou (b) cigarros ou produtos similares; e
- (viii) a Companhia Alvo não poderá se utilizar, em qualquer hipótese, de trabalho infantil.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários poderão ser propostos pelo Gestor e/ou pelos Quotistas e serão aprovados em Assembleia Geral de Quotistas, nos termos do item 4.8. deste Regulamento. Os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários serão realizados mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido), desde que aprovados previamente pelos Quotistas do Fundo conforme disposto no item 4.8. abaixo, serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou

3



mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) certificados de depósito de emissão de instituições financeiras com baixo risco de crédito e títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

4.2.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. – Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos e o disposto nos itens 4.8. e 5.1.3. deste Regulamento:

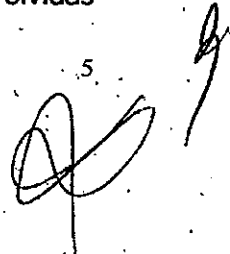
- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (vi) abaixo, os recursos em moeda corrente nacional que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) os Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo que sejam entregues ao Fundo como forma de pagamento do Preço de Integralização (conforme definido abaixo) na forma do item 7.5.4. deste Regulamento deverão ser incorporados à Carteira do Fundo;

11 SET 5004907

PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

- (iii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador e ao Gestor (conforme abaixo definidos), a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Gestor, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (v) os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, não poderão ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias, observado que o Gestor terá a faculdade descrita no item (vi) abaixo por prazo indeterminado;
- (vi) o Gestor poderá manter parcela correspondente a até 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

4.3.1. - Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará, mediante solicitação do Gestor, Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou do Gestor e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

5


2º REGISTRO,
TÍTULOS E DOCUMENTOS
11 SET 2002 5004907
PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

4.4. – Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. – O Fundo poderá operar no mercado de derivativos exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

4.6. – Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador, o Gestor e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. – Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador ou pelo Gestor (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da

11 SET 5004907

PROTOCOLO - MICROFILME
MEDEIROS

Assembléia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7. acima ("Partes Relacionadas do Administrador"):

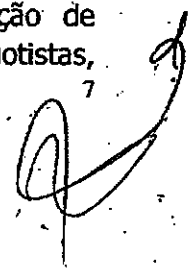
- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador ou o Gestor detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador ou do Gestor;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima dettenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos itens (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

4.8. – Quaisquer investimentos de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo e/ou Companhia Investidas ou em Outros Ativos, independentemente do valor, deverão ser previamente aprovados em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimentos"), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão e se estenderá por até 5 (cinco) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam aos critérios de que tratam as Cláusulas Três e Quatro acima, mediante decisão e orientação da Assembléia Geral de Quotistas.

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas,



mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

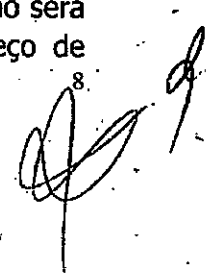
5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Gestor e/ou pela Assembléia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Gestor interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser (i) aprovado previamente à respectiva execução, pela Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, e (ii) concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

5.2. – Na hipótese de a Assembléia Geral de Quotistas e/ou o Gestor entender necessária a aprovação de novas emissões de Quotas do Fundo (cada, uma "Emissão"), após a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão, para a realização de novos investimentos do Fundo em Companhias Alvo ou nas Companhias Investidas, ou para o eventual pagamento de despesas e encargos do Fundo, será convocada Assembléia Geral de Quotistas para aprovação da referida matéria, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO INICIAL E DAS NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

6.1. – O patrimônio inicial do Fundo, após a segunda emissão de Quotas ("Segunda Emissão"), será formado por até 31.000 (trinta e uma mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Segunda Emissão. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Segunda Emissão será correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o "Preço de

8


11 SET 1997 5004907

PROT. O - MICROFILME

Emissão"), totalizando a Segunda Emissão o montante equivalente a até R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais).

6.1.1. – As Quotas deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição"). A integralização das Quotas deverá ser realizada no prazo máximo de 50 (cinquenta) meses contados da data de registro de cada Emissão na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

6.1.2. – As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição de cada Emissão serão canceladas pelo Administrador.

6.2. – Emissões de novas quotas do Fundo ("Novas Quotas") somente poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quórum de que trata a Cláusula Nove abaixo.

6.2.1. – Na hipótese de Emissão de Novas Quotas, o preço de emissão de tais Novas Quotas será o valor correspondente ao resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo (calculado de acordo com o disposto na Cláusula Doze abaixo) pelo número de Quotas emitidas e em circulação, ambos na data de cada emissão de Novas Quotas.

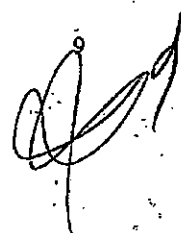
6.2.2. – Os Quotistas terão direito de preferência para subscrever e integralizar Novas Quotas na proporção da participação de cada um na composição do Patrimônio Líquido do Fundo.

CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe. Entende-se por Quotas, as Quotas da Segunda Emissão em conjunto com as Novas Quotas que vierem a ser emitidas pelo Fundo ("Quotas").

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo custodiante do Fundo, a ser contratado pelo Administrador.



11 SET 2007 5004907

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. – Direitos de Voto

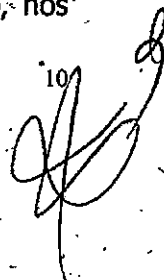
7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – Cada Emissão de Quotas do Fundo será objeto de registro de distribuição pública na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

7.4.2. – As Quotas do Fundo serão subscritas pelos Quotistas até a Data de Encerramento para Subscrição e serão integralizadas de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas aos Quotistas, nos termos do item 7.5. abaixo. A Assembléia Geral de Quotistas que deliberar a Emissão de Novas Quotas, mediante observância do disposto neste Regulamento, poderá determinar formas específicas de subscrição e integralização das respectivas Novas Quotas.

7.4.3. – No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas", que será assinado por cada investidor na data de subscrição de suas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.



7.4.3.1. - O Administrador deverá exigir, no ato da subscrição de Quotas, a comprovação da qualificação exigida na Cláusula Dois acima.

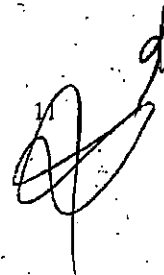
7.5. - Integralização das Quotas

7.5.1. - As Quotas da Segunda Emissão do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional ou mediante a entrega de Valores Mobiliários conforme definido no item 7.5.4. abaixo, em montante equivalente ao Preço de Emissão, ou no caso de Novas Quotas, o valor calculado na forma do item 6.2.1. acima ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador, mediante aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, aos Quotistas, com cópia ao Gestor, de acordo com os procedimentos descritos abaixo ("Chamada de Capital").

7.5.2. - Observado o prazo para integralização estabelecido no item 6.1.1. acima, Na medida em que os Quotistas do Fundo, diretamente ou por orientação do Gestor, (i) identifiquem necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifiquem necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, os Quotistas e/ou o Gestor solicitarão ao Administrador que comunique os Quotistas de tal necessidade e convoque uma Assembléia Geral de Quotistas para aprovar o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

7.5.3. - Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador (mediante orientação e informações fornecidas pela Assembléia Geral de Quotistas) e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

7.5.4. - O pagamento do Preço de Integralização poderá ser realizado: (i) em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil; ou (ii) mediante a entrega de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo, os quais serão avaliados pelo respectivo custo de aquisição.



7.5.5. – O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.4 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas de cada Emissão subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas.

7.5.6. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.6. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate (nessa última hipótese, no caso de liquidação do Fundo) de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

11 SET 1988 5004907

PROTOCOLO - MICROFILME

7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente, com cópia ao Gestor.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiramente ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima e o valor mínimo correspondente ao valor de aquisição de tais Quotas.

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota, para fins de pagamento de amortização, será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

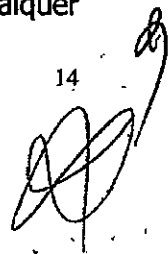
11 SET 2002 5004907

PROTOCOLO - MICROFILME

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas; a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Gestor tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador e o Gestor estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando o Administrador autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer



11 SET 2015 5004907

responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o item acima;

- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – As Quotas do Fundo serão admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Sem prejuízo do disposto acima, o Administrador poderá registrar as Quotas para negociação nos sistemas de negociação SOMA FIX e BOVESPA FIX, mantidos e operacionalizados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

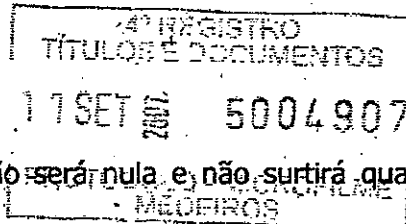
7.9.2. – Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – O Quotista somente poderá alienar Quotas do Fundo de sua titularidade a terceiros e/ou a outros Quotistas na hipótese de tais Quotas encontrarem-se inteiramente integralizadas e em observância dos termos e condições do Regulamento.

7.9.5. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, no caso de negociações privadas de Quotas, ou, pelo intermediário, no caso de negociações de Quotas em mercado de bolsa ou de balcão organizado, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da

15

Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, inclusive durante o Período de Investimentos, mediante solicitação prévia e por escrito do Gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.2.1. – Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, as amortizações parciais e/ou total das Quotas deverão ocorrer mediante estrita observância dos prazos estabelecidos no item 4.3. acima.

8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

CLÁUSULA NOVE – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. – Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e/ou do Gestor e escolha de seu substituto;

11 SET 2007 5004907

PROTEÇÃO-MICROFILME
MEDEIROS

- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre os procedimentos a serem seguidos durante o processo de liquidação do Fundo, conforme indicados no item 13.1;
- (vi) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;
- (vii) deliberar sobre o aumento na Remuneração do Administrador e/ou alteração da Remuneração do Gestor;
- (viii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (ix) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador e/ou ao Gestor, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a realização, pelo Administrador, de Chamadas de Capital, nos termos do item 7.5.2.;
- (xii) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre a realização de investimentos pelo Fundo, nos termos do item 4.8. deste Regulamento, bem como sobre o processo de desinvestimento do Fundo de que trata o item 5.1.3. acima;
- (xiv) deliberar sobre a realização de investimentos pelo Fundo em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas após o encerramento do Período de Investimento, observado o disposto no item 5.1.2.;
- (xv) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xvi) deliberar sobre a aprovação de despesas do Fundo que não estejam previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;

4º REGISTRO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
11 SET 2015 5004907
ARQUIVO DO FUNDOS
MEDEIROS

(xvii) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e

(xviii) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

9.2. – A convocação da Assembléia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo a carta de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.2.1. – Independentemente da convocação prevista no item 9.2. acima, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

9.3. – A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador, ou por solicitação do Gestor, ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.4. – Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

9.5. – Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

9.6. – As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação em primeira convocação e a maioria das Quotas dos Quotistas presentes em segunda convocação, sendo que a segunda convocação poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação.

11 SET 5004907

9.6.1. - As deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas de que tratam os itens (ii), (iii), (iv), (vi) e (ix) do item 9.1. acima serão aprovadas por Quotistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Quotas em circulação.

- CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. - Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas, sem limitação de valor, desde que inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;

11 SET 500/907

PROJECÇÃO - MICROFILME
MEDEIROS

(x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e

(xi) despesas sem limitação de valor, desde que inerentes à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. - Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. - O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços, que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, inclusive o Gestor, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

10.4. - Caso o Gestor ou o Administrador incorram em qualquer das despesas listadas acima e atribuíveis exclusivamente às atividades e investimentos do Fundo, o Fundo deverá reembolsá-los no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação do respectivo comprovante de pagamento do Fundo.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. - O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do custodiante do Fundo.

11.2. - O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. - O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

11.4. - As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito; e
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição.

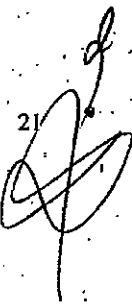
12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – A liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, conforme aprovados pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação dos Quotistas, sob a orientação do Gestor, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;

21



- 11 SET 2007 5004907
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo, que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
 - (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado pela **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 3.585, de 2 de outubro de 1995, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, Itaim, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54 ("Administrador"). O Administrador contratou a **ARTÉSIA GESTÃO DE RECURSOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, para ser responsável pela gestão da Carteira do Fundo ("Gestor").

11 SET 2007 5004907

PROTOCOLO MICROFILME

14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração do Fundo. O Gestor tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à gestão da Carteira do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. – O Administrador ou o Gestor poderão renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição ou sobre a substituição do Gestor (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia do Administrador ou do Gestor, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e/ou gestão do Fundo, conforme o caso, até que outra instituição venha a lhe substituir ou venha a substituir o Gestor, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

14.4. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, será devida uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente aos valores indicados nos itens 15.1.1. e 15.1.2. abaixo, observado que a Taxa de Administração contemplará a remuneração do Administrador, no exercício da atividade de administração ("Remuneração do Administrador"), e a remuneração do Gestor, no exercício da atividade de gestão da Carteira ("Remuneração do Gestor").

Remuneração do Administrador

15.1.1. – A Remuneração do Administrador corresponderá ao valor fixo de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), a ser pago em parcelas anuais e sucessivas,

11 SET 2013 5004907

a serem reajustadas pela variação do IGPM, vencendo-se a primeira na data em que ocorrer a primeira integralização de Quotas da Segunda Emissão do Fundo, e as demais no mesmo dia dos anos seguintes ou no primeiro dia útil subsequente, quando for o caso.

Remuneração do Gestor

15.1.2. – O Gestor fará jus ao recebimento da Remuneração do Gestor, a qual será compreendida pelos "Honorários de Gestão" e pelos "Honorários de Performance", que serão calculados conforme o disposto nos itens abaixo.

15.1.2.1. – Para fins de interpretação desta Cláusula Quinze, entende-se por "Participação Societária" a totalidade dos Valores Mobiliários de emissão de Companhias Investidas detidos pelo Fundo.

Honorários de Gestão

15.1.3. – Os Honorários de Gestão serão devidos em função da aquisição e manutenção, pelo Fundo, de Participação Societária nas Companhias Investidas e corresponderão ao somatório dos resultados obtidos com a aplicação da seguinte fórmula em relação à Participação Societária detida pelo Fundo em cada Companhia Investida:

$$\sum_{i=1}^n [(AUM_i * Tx_i) * (d_i/365) * (1 + T_{ci})]$$

Sendo que:

i : representa um determinado ano entre a realização do investimento inicial do Fundo para a aquisição e/ou subscrição de Participação Societária em uma determinada Companhia Investida ("Investimento") e o ano em que se der a alienação final da totalidade desta mesma Participação Societária ("Desinvestimento Total");

n : significa o número de anos entre o ano do Investimento (inclusive) e o ano do Desinvestimento Total (inclusive);

AUM_i : significa o valor total da Participação Societária detida pelo Fundo em uma determinada Companhia Investida, calculado nos termos dos itens 15.1.3.1. e 15.1.3.2. abaixo;

Tx_i : corresponde à taxa de 2% (dois por cento), aplicável para todos os anos em que o Fundo detiver Participação Societária em determinada Companhia Investida;

17 SET 2008 5004907

PROJETO MICROFILME
MEDEIROS

d_i : corresponde ao número de dias em cada ano em que o Fundo permanecer detentor de Participação Societária em determinada Companhia Investida;

T_c : corresponde à variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), aplicado *pro rata die* sob a forma de juros compostos, a partir do último dia do exercício fiscal de determinado ano até a data em que se dê o efetivo pagamento dos Honorários de Gestão.

15.1.3.1. – A partir da data em que ocorrer o primeiro investimento pelo Fundo em determinada Companhia Investida e até o dia 31 de dezembro de 2008, AUM_i será equivalente ao valor de custo pago pelo Fundo pela respectiva Participação Societária durante cada ano. Os Honorários de Gestão serão devidos a partir do dia 31 de dezembro de cada ano.

15.1.3.2. – A partir de 1º de janeiro de 2009, para fins da definição de AUM_i , o Fundo deverá contratar uma empresa de avaliação de ativos para determinar, anualmente, o valor da Participação Societária detida pelo Fundo em cada Companhia Investida ao final de cada exercício social, baseado em critérios usualmente aplicados no mercado e tendo por data-base o último dia do exercício social anterior ("Avaliação"). A Avaliação deverá ser apresentada por escrito ao Fundo até o dia 30 de julho de cada ano, sendo que os Honorários de Gestão correspondentes serão devidos a partir do dia 31 de dezembro do ano em que ocorrer a respectiva Avaliação.

15.1.3.3. – Os Honorários de Gestão somente serão devidos se o Fundo for detentor de Participação Societária em pelo menos 1 (uma) Companhia Investida.

15.1.3.4. – Os Honorários de Gestão serão computados como devidos ao Gestor desde a data indicada nos itens 15.1.3.1. e 15.3.2. acima e passarão a ser corrigidos pelo IGP-M, conforme disposto na fórmula indicada no item 15.1.3. acima, até que o pagamento dos Honorários de Gestão seja efetuado.

15.1.3.5. – Os Honorários de Gestão somente serão pagos pelo Fundo quando o Fundo dispuser de montantes em moeda corrente decorrentes da alienação, total ou parcial, de Participação Societária detida pelo Fundo na respectiva Companhia Investida ("Disponibilidades"). O Fundo deverá efetuar o pagamento dos Honorários de Gestão no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do efetivo recebimento das Disponibilidades.

Honorários de Performance

15.1.4. – Os Honorários de Performance corresponderão à remuneração a ser percebida pelo Gestor caso a alienação, parcial ou total, de Participação Societária detida pelo Fundo em uma determinada Companhia Investida represente retorno

positivo considerável ao Fundo, definido conforme os critérios de aferição e performance abaixo estabelecidos.

15.1.4.1. – Para fins do cálculo dos Honorários de Performance, que deverão ser apurados separadamente em relação a cada uma das Companhias Investidas nos termos indicados no item 15.1.4.2. abaixo, a *TIR* será calculada da seguinte forma:

$$\sum_{i=1}^n [V_i * (1 + TIR)^{d_i}] = 0$$

$Td = 0,0210874\%$, que corresponde a uma taxa de 8% ao ano, considerando um ano de 365 dias corridos, sob a forma de juros compostos;

$Td2 = 0,0261158\%$, que corresponde a uma taxa de 10% ao ano, considerando um ano de 365 dias corridos, sob a forma de juros compostos;

Sendo que:

V_i corresponde a:

(a) cada um dos valores disponíveis em moeda corrente efetivamente recebidos pelo Fundo em decorrência de um evento de alienação, total ou parcial, da Participação Societária em determinada Companhia Investida, positivamente considerados; e

(b) cada um dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo, desde o início do Investimento em determinada Companhia Investida, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração, positivamente considerados; e

(c) cada um dos valores efetivamente desembolsados pelo Fundo para a aquisição e/ou subscrição de Participação Societária em determinada Companhia Investida, negativamente considerados; e

(d) cada uma das despesas comprovadamente incorridas pelo Fundo com administradores, advogados, consultores, auditores, contadores, bancos de investimentos, entre outros prestadores de serviços e/ou quaisquer outros gastos relacionados diretamente com a estruturação e implementação das operações de investimento, manutenção ou desinvestimento da referida Participação Societária, negativamente consideradas;

Sendo que, para fins deste cálculo, (i) todos os montantes mencionados nos itens (b) a (d) acima serão aplicados proporcionalmente de acordo com a parcela da Participação Societária alienada em relação à Participação Societária total detida pelo Fundo em determinada Companhia Investida no momento imediatamente anterior a um determinado evento de alienação, e (ii) em caso de um evento alienação parcial

11 SET 2017 5004907

de Participação Societária, os montantes que forem computados para fins do cálculo acima estabelecido serão subtraídos de cálculos futuros, de forma que tais valores não mais integrarão a base de cálculo para definição do valor dos Honorários de Performance em casos de futuras alienações, totais ou parciais, de Participação Societária;

d_i : corresponde ao número de dias corridos entre a data de ocorrência de qualquer dos eventos listados na definição de V_i acima, até a data da alienação de parte ou da totalidade da Participação Societária detida pelo Fundo em determinada Companhia Investida.

15.1.4.2. Uma vez determinado o valor de TIR , nos termos da Cláusula 15.1.4.1 acima, o montante dos Honorários de Performance será definido de acordo com as seguintes hipóteses:

(a) Se $TIR \leq Td_1$, então nenhum montante será devido ao Gestor a título de Honorários de Performance;

(b) Se $Td_1 < TIR < Td_2$, então o Gestor fará jus ao recebimento de Honorários de Performance a serem apurados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\sum_{i=1}^n [V_i \cdot (1 + Td)^{d_i}]$$

c) Se $TIR \geq Td_2$, então o Gestor fará jus ao recebimento de Honorários de Performance a serem apurados de acordo com a seguinte fórmula:

$$\sum_{i=1}^n [V_i] \cdot Td_3$$

Sendo que:

$$Td_3 = 20\%$$

15.1.4.1.1. Do montante devido pelo Fundo ao Gestor a título de Honorários de Performance, nos termos dos itens (b) e (c) acima, será deduzida a totalidade dos Honorários de Gestão devidos pelo Fundo e apurados nos termos da Cláusula 15.1.3. e seguintes acima.

15.1.4.1.2. Os Honorários de Performance deverão ser pagos pelo Fundo no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do efetivo recebimento, pelo Fundo, de Disponibilidades, conforme definido no item 15.1.3.5. acima.

11 SET 2003 5004907

PROTOCOLO MICROFILME

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E
VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR**

16.1. – Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo, e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, em conjunto com o Gestor e juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

11 SET 2006 5004907

- (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas; e
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os

melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos das Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembleia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

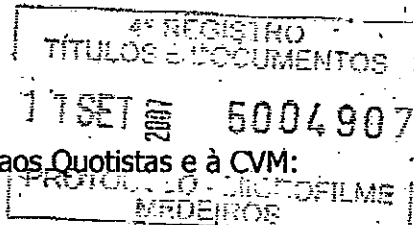
16.3. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.1.1. – A divulgação de informações de que trata o item 17.1. acima será feita no jornal Monitor Mercantil, jornal utilizado para veicular as informações relativas ao Fundo, devendo todos os documentos e informações correspondentes ser remetidos à CVM na mesma data de sua divulgação. Tal divulgação será feita sempre no mesmo periódico e qualquer alteração deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.



17.2. - O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (b) número de Quotas emitidas;

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

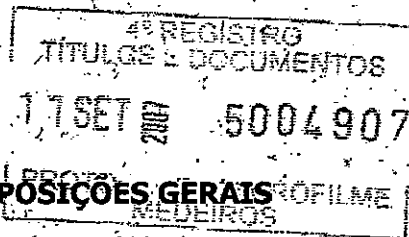
- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. - As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. - O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.



CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. - Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Gestor e os Quotistas.

18.2. - O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

18.3. - Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, em conjunto com o Gestor, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador e do Gestor ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador e o Gestor deverão ser informados por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

18.4. - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.

	4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo Tel.: 3241-0033 - CEP 01008-010 - Centro
4º REGISTRO MEDEIROS TÍTULOS E DOCUMENTOS	Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme sob nº 5004907
EMOL 4.651,31 ESTADO 1.321,96 IPESP 979,23 R.CIVIL 244,80 T.J. 244,80 TOTAL 7.442,10	São Paulo, 11 de setembro de 2007. Escrevente Autorizado 9974692
Selos e taxas Recolhidas p/ verba	

ANEXO IV AO PROSPECTO

Declaração do Administrador

PLANNER

DECLARAÇÃO

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 3.585, de 02 de outubro de 1995, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, Itaim, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.806.535/0001-54, na qualidade de instituição administradora do **FUNDO ARTÉSIA SÉRIE VERMELHA DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo") e responsável pela distribuição pública da segunda emissão de quotas do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iv) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

São Paulo, 11 de setembro de 2007.



PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.